

# APRESENTAÇÃO

## **Guilherme Leite Ribeiro**

Pós-doutorado em curso em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com supervisão da Prof. Dra. Maria Celina D'Araujo. Bolsista nota 10 na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) (Processo SEI 2600003/019655/2022. *E-mail* para contato: guilhermelribeiro@esp.puc-rio.br.

Nos últimos anos, o crescimento da extrema direita tem ganhado destaque no Brasil. Embora não seja um dado exclusivo do país, haja vista que também ocorre em outros pontos do mundo, o fenômeno ganhou colorido especial após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e contornos dramáticos nos atentados à democracia ocorridos em 8 de janeiro de 2023.

Inicialmente, é preciso separar o que é a direita política, tradicional e inserida dentro das regras do jogo democrático, do seu extremo. A direita, conforme receituário clássico do cientista político Norberto Bobbio (1995), confere ênfase maior à liberdade em detrimento da igualdade e, geralmente, entende a desigualdade como um processo mais natural do que social. Embora existam diferentes graus de percepção política, econômica e social nas direitas, é possível perceber que determinados valores (como a defesa da propriedade privada e a desregulamentação do mercado) e comportamentos (como a menor proximidade com movimentos sociais organizados) são comuns aos diferentes grupos que compõem esse espectro político. Já os extremistas, segundo Bobbio (1995), que podem se localizar tanto na esquerda como na direita, caracterizam-se, sobretudo, por uma forte suspeição da democracia, além de apostarem na radicalização como método político de ação.

Antes da ascensão da extrema direita ao poder no Brasil, em 2018, o conservadorismo dava seus primeiros sinais de força já na eleição presidencial de 2010. Naquele momento, foi possível perceber uma inflexão nos temas geralmente mobilizados nos debates televisivos. Na disputa de segundo turno entre Dilma Rousseff (PT)<sup>1</sup> e José Serra (PSDB)<sup>2</sup>, ficaram de lado as discussões anteriores sobre privatização e programas sociais e ganhou força o debate moral acerca do aborto (Quadros; Madeira, 2018). Restou evidente ali a influência de grupos religiosos, principalmente evangélicos, que têm se expandido ano após ano, exigindo novas estratégias de abordagem pelos atores políticos tradicionais.

Além do crescimento do grupo evangélico, outro fator possível de explicação para a emergência da extrema direita é o afastamento temporal do fim da ditadura. Afinal, quanto mais se distancia o período de arbítrio, menor é o impacto da lembrança acerca das violações aos direitos humanos, naturalizando-se abordagens típicas de um “revisionismo ideológico” ou mesmo de puro “negacionismo” (Napolitano, 2021, p. 100), que, antes, eram restritas a iniciativas isoladas e com pouca repercussão. Nesse contexto, vale destacar a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, que reacendeu, entre setores militares, o medo de algum tipo de “revanchismo”, sobretudo porque seu relatório final, publicado em 2014, recomendava, entre outras medidas, a revisão da Lei da Anistia de 1979, o que não pode ser subestimado como fator de impacto para a mobilização de setores simpáticos à ditadura militar (Castro, 2021).

---

<sup>1</sup> Sigla do Partido dos Trabalhadores.

<sup>2</sup> Sigla do Partido da Social Democracia Brasileira.

Nesse ínterim, cabe recordar também as manifestações de 2013, objeto de dois dossiês especiais da *Revista Desigualdade & Diversidade* em 2023.<sup>3</sup> Embora a hipótese do “ovo da serpente” – segundo a qual os protestos de junho daquele ano fizeram emergir setores conservadores na sociedade brasileira – pareça simplista, não há como ignorar que muitos grupos tipicamente de direita ganharam importância na época, notadamente o Movimento Brasil Livre (MBL) (Evangelista, 2023).

A rejeição ao PT, a crise moral decorrente das descobertas de esquemas de corrupção no âmbito da Operação Lava Jato e a crise econômica que contribuiu para o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff também são rotineiramente apontadas como razões importantes para a ascensão da extrema direita (Almeida, 2019; Santos; Tanscheit, 2019). Sabemos que fenômenos complexos nunca são monocausais e, por isso mesmo, todos esses fatores provavelmente tiveram, em maior ou menor grau, participação na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais em 2018.

Como em todo movimento conservador, a cultura, em seus mais diferentes aspectos, passa a ser um alvo fácil e até óbvio por parte de alguns movimentos reacionários. No Brasil, tornaram-se comuns os discursos que aludiam a um suposto “marxismo cultural”, expressão que se popularizou a partir dos ensinamentos do guru de direita, autodenominado filósofo, Olavo de Carvalho (Silva, 2020). Assim, algumas críticas se tornaram muito repetitivas, como, por exemplo, à Lei Rouanet (Lei nº 8313/1991),<sup>4</sup> importante mecanismo de incentivo cultural feito a partir de renúncias fiscais concedidas pelo governo, mas que se tornou inimiga número 1 da extrema direita, por supostamente financiar artistas de esquerda. Além da Lei Rouanet, vale destacar o emblemático ataque ao Queer Museu (comandado principalmente por membros do MBL),<sup>5</sup> que levou à censura da exposição, e também os insistentes ataques (inclusive do então deputado Jair Bolsonaro) ao famigerado “*kit gay*”,<sup>6</sup> que consistia na distribuição de material anti-homofobia nas escolas, para ficar apenas nesses exemplos.

Voltando à esfera partidária, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou uma guinada ideológica na Nova República não apenas por romper a polarização entre PT e PSDB, mas também por levar ao poder alguém reconhecido por declarações de ódio a minorias e por ter sido sempre um ferrenho defensor da ditadura militar. Dois anos antes de sua eleição à cadeira presidencial, em plena Câmara dos Deputados, Bolsonaro fez uma homenagem ao coronel

---

<sup>3</sup> Conferir os dossiês “10 anos das Jornadas de Junho: as múltiplas dimensões e desafios da revolta social”, números 23 e 24. Disponíveis em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev\\_DeD.php?strSecao=Anteriores](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_DeD.php?strSecao=Anteriores). Acesso em: 17 set. 2025.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm). Acesso em: 16 out. 2025.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425\\_555164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html). Acesso em: 17 set. 2025.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-cancelar-kit-sobre-homossexualidade/>. Acesso em: 17 set. 2025.

Carlos Brilhante Ustra, conhecido por torturar militantes da luta armada, em seu discurso favorável ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Entre 2019 e 2022, os militares voltaram com força ao cenário principal da política, de modo ainda não visto na Nova República. Junto à vitória da extrema direita, houve número recorde de integrantes das Forças Armadas eleitos parlamentares e outros tantos que foram nomeados para ministérios e cargos de segundo escalão, tanto reservistas como membros ativos das três forças (Penido; Araujo; Matos, 2020). Contando com apoio de setores da caserna, o presidente da República fez diversas ameaças à democracia em seu governo, atacando desde a segurança das urnas eletrônicas até integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), alvo preferencial da ojeriza bolsonarista, como visto na tentativa de golpe empreendida por apoiadores do ex-presidente no fatídico 8 de janeiro de 2023, apelidado por Rosa Weber, ex-presidente da Corte mais importante do Brasil, como “dia da infâmia”.<sup>7</sup> Não à toa, Bolsonaro foi condenado à prisão por ser considerado o chefe da organização criminosa que atentou contra a democracia no país.

No dossiê referente ao número 27 da *Revista Desigualdade & Diversidade*, “O avanço da extrema direita no Brasil: sociedade, política e cultura”, foram acolhidos textos cujo objetivo fosse refletir sobre o crescimento da extrema direita no Brasil em seus mais diferentes aspectos. Os motivos de tal expansão, seus métodos de ação, o ambiente intelectual em que se inserem e suas perspectivas culturais são alguns dos temas que se encontram neste número.

Vale pontuar que deixamos os autores livres para conceituar da maneira que achassem mais conveniente o fenômeno a que estamos nos referindo. Há quem prefira usar fascismo, neofascismo, bolsonarismo, populismo, direita radical e ultradireita. Nossa opção por “extrema direita” visa alcançar mais leitores, por entendermos que é o termo mais vulgarizado pela mídia e mesmo por trabalhos acadêmicos. Um exemplo paradigmático da força conceitual dessa expressão foi a forma com a qual a Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EdUERJ) decidiu traduzir o livro daquele que é considerado a maior referência nos estudos desse grupo em todo o mundo. Cas Mudde teve o seu *The far right today*, publicado originalmente em 2019, transformado em *A extrema direita hoje* (2022), por João Marcos E. D. de Souza, na versão em português.

O dossiê inicia com três artigos que procuram entender, de maneira mais generalizada, a ameaça à democracia representada pela extrema direita a partir de alguns pontos em comum. André Mendes Pini e Izabella Maria Falcão da Cunha pensam em tipologias próprias para entender o fenômeno no artigo “A extrema direita global no século XXI: metapolítica e tradicionalismo”. Em seguida, Yans Sumaryani Dipati mobiliza o repertório habermasiano para

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/01/08/rosa-weber-diz-que-8-de-janeiro-sera-sempre-o-dia-da-infamia.ghml>. Acesso em: 17 set. 2025.

relativizar a ideia de uma suposta liberdade advogada pelos movimentos extremistas em “Liberdade de expressão, esfera pública e democracia deliberativa: uma crítica habermasiana ao discurso da liberdade de expressão da extrema direita”. Também preocupado com certa concentração de ideias oriunda de setores radicalizados, Mauricio Mogilka chama a atenção para o perigo do negacionismo científico típico da extrema direita, sugerindo como antídoto a propagação da educação popular no *paper* “A educação popular, sua concepção de realidade e a importância da ciência em contexto de crise da democracia”.

Após esse importante desenho do estado da arte global acerca do fenômeno, chegamos mais de perto ao caso brasileiro, com artigos que tentam responder a algumas perguntas inquietantes, feitas principalmente após a vitória de Jair Bolsonaro em 2018. Assim, nada mais sintomático do que iniciar essa parte com o artigo “Ultradireita no Brasil: como chegamos até aqui?”, em que Laís Müller Napoleão Braz oferece alguns caminhos de entendimento sobre o problema. O lugar ocupado pelo medo, gerado a partir de certo pânico moral por setores extremistas da direita, é o pano de fundo para as reflexões levadas a cabo por Edson D’Almonte e Priscilla Dibai em “O papel do medo: como a extrema direita engajou o público a partir de ameaças inexistentes”. No texto seguinte, continuamos a busca para entender o aspecto central do pânico moral, destacando-se agora o papel da religião, o que é feito por Argus Romero Abreu de Moraes no artigo “A guerra ‘em nome do’ sagrado: poder mítico e violência no discurso político da extrema direita brasileira”.

Ao conceituar a novidade representada pela eleição de Bolsonaro em 2018, parte da literatura passou a discutir se sua ascensão ao poder representaria algum tipo de fascismo. Em dois textos que se sucedem no dossiê, a resposta é assertiva. Tanto Carlos Eduardo Rebello de Mendonça (“Partículas do Messias: o bolsonarismo como neofascismo”) como Carlos Piovezani e Filipo Figueira (“Governar como um homem: a ‘razão hiperviril’ no discurso neofascista de Jair Bolsonaro”) mobilizam a literatura sobre fascismo e neofascismo para defender a hipótese de que o Brasil vivenciou o fascismo a partir de 2018.

Como se sabe, não foram poucos os setores e grupos perseguidos pela extrema direita no Brasil. Por isso, este número apresenta quatro artigos que discutem temas que se tornaram palco da disputa política entre ultraconservadores e progressistas nos últimos anos. O primeiro deles é escrito por Alessandra Maia Terra de Faria e Karine Duarte, que discutem as mudanças climáticas (e sua rejeição pelos extremistas) no *paper* “Bolsonarismo e negacionismo climático: uma análise foucaultiana do discurso e do poder”. Depois, Mário Jorge de Paiva debate a evidente homofobia desse espectro político, buscando entender suas referências, em “Olavo de Carvalho ‘profetiza’ que ninguém jamais vai ‘comer’ Jean Wyllys: análise de caso sobre o polemismo e a homofobia na obra de Olavo de Carvalho”. Já Ingrid Gomes, Pedro Teixeira e Pâmela Esteves se reúnem para pensar na ameaça aos conselhos tutelares no texto “Disputas sobre o conselho tutelar no novo conservadorismo brasileiro”. Por fim, outro tema que sempre teve destaque nos

discursos bolsonaristas – o negacionismo da ditadura militar – é alvo das preocupações de Mayra Goulart e Tainá Paolino no artigo “‘Quem procura osso é cachorro’: constituição do sujeito político do bolsonarismo e o enfrentamento à Comissão da Verdade”.

Logo depois, o cientista político Ricardo Ismael procura desvendar as relações de força que envolveram a Região Nordeste na derrota de Jair Bolsonaro em sua tentativa de se reeleger em 2022, desenvolvendo o trabalho “O campo progressista, o ‘Centrão’ e a extrema direita na Região Nordeste nas eleições nacionais de 2022”. Finalizando a parte referente ao estudo do fenômeno em terras brasileiras, Camilo Negri levanta algumas hipóteses importantes para entender o que levou ao protagonismo dos grupos extremistas em “Descontentamento com a democracia, radicalização ideológica e populismo de extrema direita no Brasil”.

O último artigo deste dossiê busca comparar dois países que vivenciaram o extremismo nestes últimos anos: Brasil, com Jair Bolsonaro, e Argentina, com Javier Milei. Dessa forma, Alessandra Maia Terra de Faria e Sean Atchison desenvolvem o trabalho “Memória, cinema, anistia e a extrema direita no Brasil e na Argentina”, que articula o audiovisual a um tema bastante caro para os ultraconservadores: a relativização de regimes autoritários.

O número 27 da *Revista Desigualdade & Diversidade* traz ainda uma resenha de livro escrito pelo ex-professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Eduardo Raposo – entrevistado em nossa edição de número 26.<sup>8</sup> Assim, Gustavo Cravo de Azevedo, Mário Jorge de Paiva e Vanusa Maria Queiroz da Silva escrevem sobre a obra *Banco Central do Brasil: o Leviatã Ibérico*, publicado em 2011 pela editora da PUC-Rio.

Como se pode ver, este dossiê procurou ser o mais variado possível. Com diversidade de temas, conceitos, áreas disciplinares e autores, buscamos contemplar o fenômeno em toda a sua complexidade. Esperamos que este número possa inspirar outras reflexões e debates sobre um tópico tão desafiador para o país, que precisa ser analisado com a urgência e a seriedade que demanda.

## Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente, conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- CASTRO, Celso. *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev\\_DeD.php?strSecao=fasciculo&fas=72763&NrSecao=81](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_DeD.php?strSecao=fasciculo&fas=72763&NrSecao=81). Acesso em: 17 set. 2025.



- EVANGELISTA, Daniel Fassa. Polarização severa no pós-Junho de 2013: a experiência social dos movimentos Passe Livre e Brasil Livre. *Revista Desigualdade & Diversidade*, n. 24, p. 255-297, 2023.
- MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Tradução: João Marcos E. D. de Souza. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (org.). *Novos combates pela história: desafios no ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. v. 1, p. 85-114.
- PENIDO, Ana; ARAUJO, Gabriela; MATOS, Davi. *Militares no governo Bolsonaro: informes temáticos* 2020. São Paulo: Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2020.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018.
- SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, [s. l.], v. 1, p. 151-186, 2019.
- SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, RR, ano II, v. 1, n. 3, p. 77-81, 2020.